

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social**

A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social

Avanços e tendências (1975 a 1997)

Nobuco Kameyama*

* Assistente Social, Doutora pela *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (Paris, 1978). Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social

Avanços e tendências (1975 a 1997)

Nobuco Kameyama *

I - Introdução

A constituição do Serviço Social na sociedade brasileira está vinculada à emergência de um novo tipo de sociedade, denominada moderna, ou seja, a sociedade capitalista que inaugura e legitima uma modalidade de conhecimento "erudito" - o conhecimento científico, que forja condições específicas para formação de profissionais atribuindo-lhes autoridade para explicar e apreender os fenômenos sociais.

É nesse contexto que emerge o Serviço Social enquanto profissão legitimada na sociedade, para intervir nas seqüelas da "questão social", que fundamentalmente se vincula ao conflito entre o Capital e o Trabalho, decorrente das expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

Nesse sentido, a identidade do Serviço Social enquanto profissão foi cunhada pela apropriação de um saber específico, tornando-se uma prática institucionalizada, socialmente legitimada, legalmente sancionada e claramente vinculada à "questão social".

Desta forma, podemos relacionar o surgimento do Serviço Social com as seqüelas próprias da ordem burguesa, em especial, àquelas concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como se revela a partir do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo (Netto, 1992:23).

No Brasil, a configuração da "questão social", no bojo da economia capitalista, deu-se a partir de 1930, refletindo o avanço da divisão social do trabalho, vinculando-se portanto à emergência do trabalho assalariado.

* Assistente Social, Doutora pela *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (Paris, 1978). Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É nesta época que surgem as primeiras escolas de Serviço Social - em São Paulo (1936) e Rio de Janeiro (1937). Nos anos posteriores foram criadas outras escolas, isoladas ou vinculadas às universidades públicas ou privadas, perfazendo atualmente 77 escolas, das quais apenas vinte (20) são públicas.

A formação dos assistentes sociais enquanto profissionais, dado seu caráter interventivo, privilegiou fundamentalmente o aspecto técnico-operativo, em detrimento da produção de conhecimento.

A produção de conhecimento na área de Serviço Social, iniciou-se a partir dos anos 70, quando foram criados os primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais e, especificamente, na área de Serviço Social, em plena vigência da ditadura militar (1964/80). Esta instaurou a reforma educacional, principalmente no ensino superior, adequando-o ao novo modelo econômico denominado “modernização conservadora”. Nesse sentido, a refuncionalização e a expansão do ensino superior engendra a oferta, em todo o país, de cursos de Serviço Social, efetivando a sua inserção no circuito universitário. No mesmo período, emergem os cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais e conseqüentemente na de Serviço Social. Em 1972 foi criado o primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, ainda em 1972 o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ; 1976 na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; 1977 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, 1978 na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 1979 na Universidade Federal de Pernambuco – UFPe. Em 1980 a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo cria o primeiro curso de doutorado. Após o período ditatorial foram criados mais dois cursos de mestrado: em 1991 na Universidade Nacional de Brasília – UNB e em 1993 na Universidade Estadual de São Paulo – UNESP-Franca, e um curso de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para produção de conhecimentos e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica.

A partir de 1985 a área de Serviço Social passa a ser reconhecida pelos órgãos de fomento à pesquisa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, passando a receber apoio financeiro e bolsas de estudos: pesquisadores, alunos dos cursos de doutorado, mestrado e graduação (bolsas de iniciação científica).

II - Balanço da Produção de Conhecimentos da Área de Serviço Social

O conjunto dos programas de pós-graduação, titularam no período de 1975 a 1977, 958 (novecentos e cinquenta e oito) mestres e 70 (setenta) doutores, sendo que as dissertações de mestrado e as teses de doutorado produzidas constituem o principal acervo do Serviço Social.

A produção de conhecimentos em Serviço Social engloba uma vasta e variada gama de temáticas, na medida em que, cada vez mais, ocorre uma ampla interseção com a dinâmica da sociedade, como por exemplo, a consolidação democrática, a extensão da cidadania, a mundialização e a crise econômica, a redefinição do Estado e da Sociedade Civil, a flexibilização das relações de trabalho, a ampliação do desemprego, o acirramento da pobreza, o processo de urbanização e produção do espaço construído, a violência de jovens e adultos, o planejamento, as políticas públicas, etc. Dentro deste contexto, as temáticas do Serviço Social estão intimamente imbricadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições.

“A escolha de um tema de pesquisa implica na seleção de objetos empíricos e sua transformação em objetos de estudo que supõem a existência de um discurso científico construído, adaptado ou mesmo importado de outros campos temáticos, de modo que a investigação tenha credibilidade (Kowarick, 1995:46). Referindo-se a condicionamentos conjunturais nessa escolha, Kowarick afirma que cada época produz suas próprias preferências temáticas, embora estas não decorram de uma relação linear entre a realidade de uma determinada sociedade e a produção de conhecimentos.

O Serviço Social caracteriza-se por conter ao mesmo tempo uma dimensão intelectual e uma dimensão interventiva. Enfrenta o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional. Por isso, as investigações apresentam-se como movimento de articulação teoria/realidade, de busca de construção de conhecimento, apontando como subjacente um movimento de crítica às dimensões aparentes, fenomênicas ou reificadas do real.

O Serviço Social configura-se como uma forma particular de inserção na sociedade. Caracteriza-se pela forma de intervenção na vida social, contendo uma dimensão intelectual e uma dimensão interventiva.

As linhas centrais que orientaram a produção científica do Serviço Social não sofreram alterações substanciais durante duas décadas. Houve, no entanto, ampliação das áreas temáticas e alterações nas formas de abordagem e nas referências teórico-metodológicas.

Neste trabalho daremos prioridade à análise das áreas de maior concentração e centralidade: prática profissional, política social, formação profissional, teoria e método em Serviço Social, movimentos sociais, gênero e família. A análise desses temas ganham maior densidade e se verticalizam, enquanto que as temáticas política social, criança e adolescente e processo de trabalho ganham a centralidade nas investigações dos dois últimos anos.

As temáticas realidade social, processos sócio-culturais, saúde e deficiência física e mental, instrumentos e técnicas, análise institucional, embora constituam temas da atualidade, a proporção em relação ao conjunto das produções não têm sofrido alterações. Já o tema desenvolvimento de comunidade tende a desaparecer enquanto objeto de investigação.

Surge ainda no horizonte os temas emergentes, tais como terceira idade, cidadania, democracia e direitos sociais, crime e violência, questão urbana e poder local, questão agrária e meio ambiente (cf. gráficos 2 e 3).

É importante sinalizar que as investigações sobre os temas referentes ao Serviço Social: prática profissional, teoria e método em Serviço Social e história do Serviço Social, constituem aproximadamente 40% das produções, demonstrando que a preocupação do Serviço Social ainda está centrada na busca de sua identidade.

Gráfico 1

Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado defendidas no período de 1975 e 1997 nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social

Áreas Temáticas	PUC/SP		PUC/RJ	UFRJ	PUC/RS		UFPB	UFPE	UNB	UNESP Franca	TOTAL
	Me	D			Me	Ext					
Prática Profissional	58	8	52	9	14	0	6	8	0	3	158
Formação Profissional	37	5	31	10	22	2	4	1	0	0	112
Teoria e Método em Serviço Social	14	14	33	16	6	0	3	2	0	0	88
História do Serviço Social	7	6	14	8	3	0	0	1	0	0	39
Criança e Adolescente	22	3	22	5	12	1	5	5	1	3	79
Gênero e Família	20	3	17	11	4	0	4	5	1	3	68
Processo de Trabalho	27	0	10	7	8	0	2	4	1	1	60
Política Social	42	9	11	18	11	0	11	10	8	3	123
Movimentos Sociais	27	7	2	10	4	0	12	19	0	1	82
Realidade Social	11	1	6	0	2	0	8	0	0	0	28
Desenvolvimento de Comunidade	6	3	8	4	2	1	5	2	0	0	31
Processo Sócio-Cultural	10	3	5	3	0	0	4	5	0	0	30
Terceira Idade	12	0	5	2	2	0	0	0	0	0	21
Instrumentos e Técnicas	3	2	7	2	6	1	2	1	0	0	24
Cidadania, Democracia e Direitos Sociais	3	0	0	3	0	0	0	1	1	0	8
Crime e Violência	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3
Saúde e Deficiência Físico/Mental	13	3	9	8	1	0	0	1	0	1	36
Análise Institucional	5	1	5	4	4	0	0	3	0	0	22
Questão Urbana e Poder Local	2	2	1	1	1	0	0	0	0	0	7
Questão Agrária e Meio Ambiente	3	0	0	2	0	0	1	1	2	0	9
Total	323	70	238	125	102	5	67	69	14	15	1.028

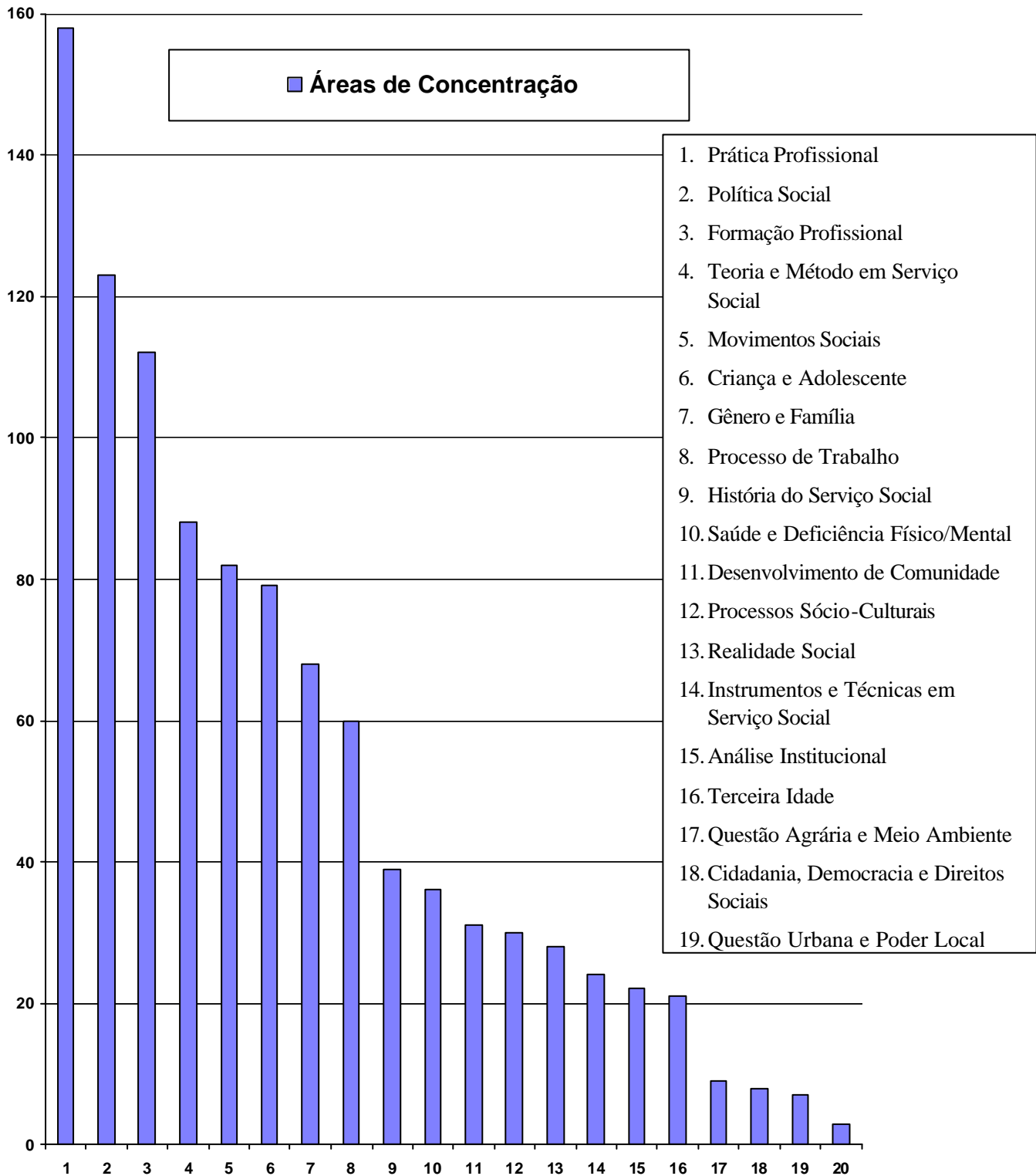
Fonte: Resumos de Dissertação de Mestrado e Teses de doutorado.

Gráfico 2
Classificação das Produções segundo Área Temática

Áreas Temáticas	Nº	%
Prática Profissional	158	15,0
Política Social	123	12,0
Formação Profissional	112	10,9
Teoria e Método em Serviço Social	88	8,6
Movimentos Sociais	82	8,0
Criança e Adolescente	79	7,7
Gênero e Família	68	6,6
Processo de Trabalho	60	5,8
História do Serviço Social	39	3,8
Saúde e Deficiência Físico/Mental	36	3,5
Desenvolvimento de Comunidade	31	3,0
Processos Sócio-Culturais	30	2,9
Realidade Social	28	2,7
Instrumentos e Técnicas em Serviço Social	24	2,3
Análise Institucional	22	2,1
Terceira Idade	21	2,0
Questão Agrária e Meio Ambiente	9	0,8
Cidadania, Democracia e Direitos Sociais	8	0,7
Questão Urbana e Poder Local	7	0,6
Crime e Violência	3	0,3
Total	1.028	100

Fonte: Resumos de Dissertação de Mestrado e Teses de doutorado.

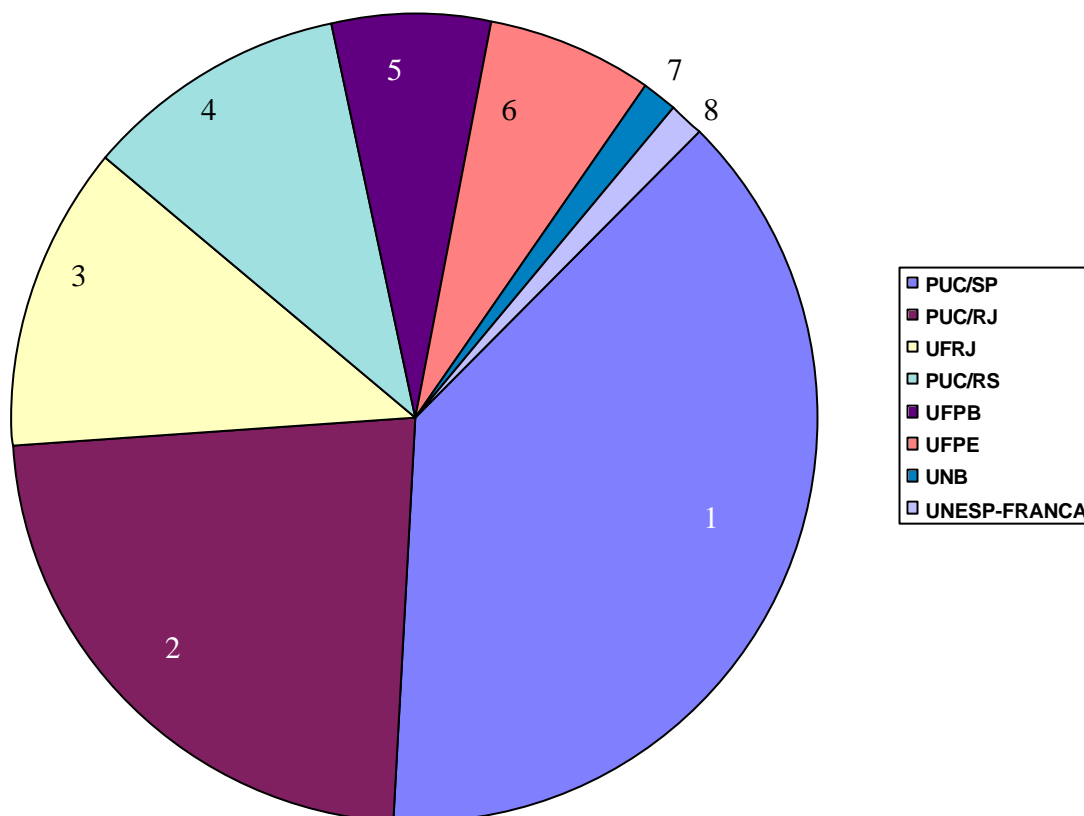
Gráfico 3



Fonte: Resumos de Dissertação de Mestrado e Teses de Doutorado

Gráfico 4

Distribuição das Produções segundo os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social



1. PUC/SP - Mestrado (1972) - Doutorado (1980)	38,3%
2. PUC/RJ - Mestrado (1972)	23,2%
3. UFRJ - Mestrado (1976) - Doutorado (1980)	12,2%
4. PUC/RS - Mestrado (1977)	10,4%
5. UFPB - Mestrado (1978)	6,5%
6. UFPE - Mestrado (1979)	6,7%
7. UNB - Mestrado (1991)	1,3%
8. UNESP/Franca - Mestrado (1993)	1,4%

1. Prática Profissional

Trata-se de análises de experiências vivenciadas em campos específicos que vêm sendo resgatadas e submetidas a uma reflexão crítica no sentido de contribuir na construção do objeto, da teoria e da metodologia do Serviço Social.

Durante o período de 1975 a 1980, a maioria das dissertações foram elaboradas pelos assistentes sociais que buscaram nas suas experiências objetos empíricos, transformando-os em objetos de estudo: desempenho profissional na aplicação de novos modelos de intervenção, tais como o modelo clínico de Neil Titmus, o método funcional de Ruth Smalley, intervenção projeto, etc.

A partir dos anos 80, os modelos utilizados são orientados pela proposta de Paulo Freire, resgatando o conceito de conscientização e de intelectual de Gramsci, atribuindo ao Assistente Social a função de "construtor", "organizador", e "persuasor" permanente.

A análise sobre o espaço institucional, principalmente a partir dos anos 85, resgata de certa forma a prática do Serviço Social nas instituições, que havia sido negada, no período pós movimento de Reconceituação, considerando a instituição como espaço ou "aparelho" de reprodução da ideologia dominante, concepção assumida pela grande maioria dos assistentes sociais que buscaram sua inserção nos movimentos sociais como alternativa à prática institucional, desempenhando na maioria das vezes o papel de agente político/partidário ou intelectual orgânico na perspectiva gramsciana.

Nos anos 90 sinaliza-se uma reestruturação dos programas sociais cujos princípios norteadores podem ser caracterizados como descentralização, focalização e privatização.

Algumas pesquisas resgatam essas experiências e outras procuram aprofundar os estudos para compreender o significado da descentralização, municipalização e poder local, articulado com movimentos sociais urbanos.

Quanto às referências teórico-metodológicas que subsidiam as produções, não foi possível identificar, uma vez que a maioria das investigações sobre prática profissional caracteriza-se como estudos exploratórios-descritivos.

Nos dois últimos anos emerge a tendência de resgatar a abordagem individual, priorizando a relação de "ajuda" como uma das formas de atendimento às demandas reais dos usuários. Os assistentes sociais buscam compreender a prática cotidiana, no plantão, na terapia familiar, na relação com os doentes e seus familiares, ou seja, nas áreas onde a intervenção se caracteriza como de aspecto psicossocial.

No cenário do final da década de 90, as pesquisas deslocam-se para a análise de experiências realizadas pelos assistentes sociais junto às prefeituras municipais, participando nos processos de descentralização: na formação de conselhos municipais de saúde, de assistência, de criança, etc. Nessas experiências os assistentes sociais participam na construção de novas relações entre o governo local e a sociedade civil.

2 - Formação Profissional

A análise da Formação Profissional do Assistente Social adquiriu uma especial relevância no debate da categoria profissional, a partir da década de 80, especialmente ao defrontar-se com o novo currículo mínimo para o curso de Serviço Social, aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do parecer 412/82, cujo prazo máximo para implantação estava previsto para agosto de 1984.

A Formação Profissional ou a qualificação técnico-científica de profissionais no âmbito de Serviço Social tem sido objeto de estudos parciais e localizados, especialmente no nível de dissertações de mestrado, colocando em relevo aspectos particulares da questão, carecendo, no entanto, de uma abordagem mais globalizante no nível da realidade nacional de Formação Profissional de Assistente Social¹.

¹ Ao longo da história, particularmente nas duas décadas, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS vem assumindo uma posição de vanguarda na tarefa de pensar a Formação Profissional, no que diz respeito à elaboração/reformulação do currículo dos cursos de Serviço Social, à capacitação docente, à implantação da pós-graduação e à produção científica, particularmente a partir de 1987, com a criação do Centro de Documentação em Políticas Sociais e Serviço Social - CEDEPSS, como órgão acadêmico com o objetivo de estimular a produção de conhecimentos na área de Serviço Social e ao mesmo tempo criar espaços para divulgação das pesquisas, além de outras iniciativas que atestam a sua preocupação com o avanço da formação e da prática profissional do Assistente Social.

No que diz respeito às produções sobre a temática "Formação Profissional", grande parte das investigações consiste no resgate do debate vivenciado pelo docentes na elaboração do currículo mínimo nas suas unidades de ensino.

No final da década dos anos 80 surge a preocupação com o ensino da disciplina “métodos de intervenção” e “pesquisa”. As investigações sobre estes objetos procuraram apreender as tendências do ensino dessas disciplinas em Serviço Social, e particularmente analisar a contribuição da pesquisa na produção de conhecimentos da área.

No final dos anos 90, a preocupação dos pesquisadores volta-se para analisar o papel do Serviço Social nas equipes multidisciplinares, pois diante das novas requisições, competências e condições de trabalho profissional, o assistente social tende a inserir-se, e ao mesmo tempo dissolver-se, em equipes multidisciplinares em diversas áreas: saúde, recursos humanos, programas de qualidade total, treinamento, comunicação social, planejamento estratégico.

3 - Teoria e Método em Serviço Social

Resgatando a análise realizada pela Professora Safira B. Ammann (1983), podemos afirmar que no processo de produção de conhecimentos, predominou historicamente a tendência que postula a definição apriorística de um objeto exclusivo para cada ciência, fundado no corte positivista que separa os que pensam dos que agem.

No bojo do processo de produção de conhecimentos, emerge, entretanto, uma outra corrente, que parte da visão da totalidade social, que não postula a excludência recíproca dos campos, nem a propriedade da área de saber, embora cada uma destas preserve e desenvolva suas especificidades próprias. Sob tal orientação, nas últimas décadas o Serviço Social vem colocando como exigência fundamental a tarefa de pensar os objetos ou fenômenos sobre os quais atua e de participar no processo de produção científica sobre a totalidade social.

Na área específica do Serviço Social, trata-se de construir um saber que se situe não só como fator explicativo e unificador da transformação social, mas que contribua efetivamente para o processo de mudança.

Nesse sentido, as investigações que se enquadram na temática "Teoria e Método em Serviço Social" são aquelas que não só procuram resgatar os postulados teórico-metodológicos que influenciaram o Serviço Social, mas de pesquisar objetos atuais e potenciais.

A partir dos anos 80, as investigações revestiram-se de uma postura crítica, valendo-se de categorias analíticas mais amplas que articulam as teorias básicas, da área dentro do contexto global. Outras buscam resgatar os fundamentos teórico-metodológicos que influenciaram o Serviço Social tradicional e procuram realimentar, revigorar e modernizar a profissão através de novos aportes das Ciências Sociais.

Algumas dissertações elegeram como objeto de investigação as formas de aproximação ao pensamento marxista, determinando que o denominado processo de "intenção de ruptura" fundamentou-se não apenas no pensamento de Marx, mas também nos pensamentos de Gramsci e Lukács. Nos anos 90, aparecem investigações que apresentam abordagens sobre as principais categorias marxistas, tais como mediação, indústria cultural, reificação ideológica, representações sociais, cotidiano, indivíduo, subjetividade, identidade, etc.

No final dos anos 90 aparecem algumas reflexões teórico-políticas da relação entre intencionalidade e a realização do compromisso profissional posto pela perspectiva de "intenção de ruptura".

4 - História do Serviço Social

Várias dissertações de mestrado investigam a História do Serviço Social no mundo, na América Latina e, particularmente, no Brasil. Tais dissertações, embora em número reduzido, buscam a construção histórica do Serviço Social nas diferentes conjunturas, resgatando as idéias sociais que marcaram a profissão, algumas em sua configuração metodológica e outros em seus fundamentos teórico-metodológicos.

A maioria dessas investigações procura apreender a história através da re-leitura que incorpore estudos recentes levados a efeito no âmbito das Ciências Sociais, marcados por uma nova interpretação da historiografia brasileira. Esta abordagem procura entender a

emergência do Serviço Social enquanto instrumento de controle social que participa do processo de reprodução do modo de vida burguês junto à classe trabalhadora. Tem como suposto que o discurso (re)produzido pelo Serviço Social, bem como sua prática profissional - se articula com outros discursos e com outras práticas que também visam à construção da figura social de um trabalhador subordinado à lógica do capital.

Existem abordagens que privilegiam determinados objetos de estudo no resgate histórico da profissão, tais como: a trajetória da formação profissional, reforma e assistência, movimento de reconceituação, etc.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa, alguns orientaram-se pela perspectiva teórico-metodológica da nova história e história de mentalidades, e outros utilizaram a síntese de recomposição segundo Lincoln de Abreu Penna ou análise historiográfico-descritiva. As técnicas utilizadas foram a análise de textos e documentos, história oral, entrevistas com as pioneiras do Serviço Social.

No conjunto das investigações sobre História do Serviço Social nas suas particularidades regionais, a História do Serviço Social é resgatada no estudo da criação de várias escolas de Serviço Social.

5 - Política Social

Embora Política Social constitua um tema central da área e tenha sido colocada como campo prioritário de atuação e pesquisa, principalmente a partir de 1978, as primeiras dissertações sobre o tema surgem a partir de 1983.

Nas dissertações de mestrado, observamos que, no início, privilegiava-se a análise das políticas sociais setoriais e/ou específicas, abordando de forma particular o processo de implantação e execução de programas e projetos. Dava-se ênfase na análise dos impactos e repercussões dos projetos e programas implantados sobre a população usuária e a resposta que esta população elaborava, no sentido de mudar o caráter e a natureza das políticas sociais para que as mesmas atendessem de forma efetiva as necessidades sociais.

Um dos temas que mereceu uma análise aprofundada foi o da “assistência”, que constituiu um dos temas centrais em torno do qual aglutinaram-se os doutorandos/docentes do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP, produzindo várias teses de doutorado e dissertações de mestrado, além de textos que foram publicados, resgatando a concepção, o significado e as perspectivas da política de assistência. Estes estudos contribuíram para subsidiar os debates que precederam à formulação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei n, 888.742) promulgada em 1994.

Até os anos 90, na análise da Política Social, prevaleceu o enfoque superestrutural, isto é, como prática política e ideológica do qual se vale o Estado para exercer sua função de controle social e de legitimação política.

Nos últimos anos, aparecem produções cujas análises são orientadas dentro de uma perspectiva marxista. Trata-se de estudos das articulações da Política Social com determinações macro-estruturais da sociedade capitalista na era dos monopólios. Dentro desta perspectiva aparecem produções que além de propor um debate crítico, constrói a particularidade da política social no Brasil.

Neste contexto, a Política Social passa a ser analisada enquanto instrumento que o Estado utiliza para limitar a dilapidação da força de trabalho favorecendo sua reprodução e subsidiando a expansão e a acumulação do capital.

No contexto do debate sobre a “crise do Welfare State” e reestruturação do Estado de Bem-Estar Social nos países avançados, algumas investigações assumem propósitos de examinar as principais tendências de evolução e alterações da política social no contexto do neoliberalismo que preconiza a tese do Estado mínimo. Na agenda dos neoliberais, a reestruturação dos programas sociais aparecem três propostas: a privatização, a focalização e a descentralização dos programas, além da renda mínima.

Nos últimos anos tem aumentado significativamente as produções que procuram refletir sobre as políticas sociais, principalmente na implementação das políticas de Seguridade Social, Saúde e Assistência Social no processo de municipalização. As reflexões mostram que a efetivação das políticas sociais pelos governos municipais, apesar destas serem formuladas no nível nacional, apresentam um perfil diferenciado devido à forma como o governo local se

relaciona com a sociedade civil, especificamente com a população excluída. A atuação do Serviço Social na implementação e execução das políticas sociais, apresenta maior visibilidade, na medida em que o governo municipal assume uma prática calcada na cultura dos direitos.

6 - Movimentos Sociais

Os primeiros estudos sobre movimentos sociais na área de Serviço Social, surgem na década de 80.

Na temática Movimentos sociais arrolamos as práticas associativas de diferentes tipos e graus de organização da sociedade civil, que vai desde os Clubes de Mães, Associação de moradores, movimentos populares de reivindicação, até o Movimento Sindical.

As investigações sobre as Associações de Moradores, enquanto organização dos trabalhadores em locais de moradia, foi um dos objetos de pesquisa, visando elucidar o processo de constituição, organização e participação popular e seu papel no encaminhamento de ações reivindicativas. A participação foi uma das categorias mais analisadas: o significado da participação sob o ponto de vista de integração e de transformação, a participação representativa e a participação de base, a participação e a construção da democracia.

Outro ângulo de investigação procurou analisar os processos sócio-culturais forjados pelos movimentos sociais, enquanto instrumentos de mudança cultural, possibilitando o surgimento de novas representações sociais e novas formas de práticas sociais, criando condições de desalienação.

A partir de 1988, surge no cenário da pesquisa em Serviço Social, um tema emergente: direitos sociais e cidadania, que resgatam os discursos presentes na Constituição da República Federativa do Brasil – 1988, no que se refere à ordem social como elementos constitutivos da ação do Serviço Social quer seja na implantação de políticas sociais quer seja na assessoria aos movimentos sociais.

Nos anos 90, as investigações privilegiaram a análise dos atores ou sujeitos coletivos, buscando apreender os padrões de relacionamento com os diversos atores e forças sociais presentes no processo de construção do poder popular, particularmente com o Estado.

Dentre os movimentos sociais analisados, sobressaem as investigações sobre a organização da classe trabalhadora e de categorias profissionais, particularmente a de assistentes sociais, como fórum de luta por um poder popular na trama das relações sociais. Busca ainda explicitar sua relação com os processos de rearticulação da sociedade civil, seu papel enquanto bloco de poder de resistência, como potencial de luta e contestação e espaços para construir novas formas de participação política e articulação com os trabalhadores.

As dissertações de mestrado sobre movimentos sociais visam resgatar alguns aspectos importantes, tais como a condição de emergência, a dinâmica das práticas populares, seus avanços e recuos, a resposta popular às diversas políticas oficiais, o saber e o poder popular nas relações sociais, as práticas de participação e negociação, a democracia interna, os mecanismos de cooptação utilizados nos chamados Movimentos Sociais Urbanos.

A maioria das produções, no entanto, analisam a nova configuração que assumem os Movimentos Sociais na contemporaneidade. A relação entre os intelectuais e os movimentos populares na perspectiva de construção de hegemonia das classes subalternas, através de participação popular nos mecanismos de gestão; abertura de novos canais de participação; relação com o poder público; participação popular criando espaço de negociação e os avanços no processo democrático. Estas análises são subsidiadas pelas teorias de Gramsci e Habermas (ação comunicativa como prática pedagógica).

7 - Gênero e Família

As primeiras investigações abordam a questão da família enquanto participante no tratamento social nos programas de pediatria, educação especial de deficientes físicos e mentais, acompanhamento médico social dos pacientes diabéticos, aidéticos, alcoólatras, etc.

A partir dos anos 80, a questão familiar passa a ser abordada no sentido de compreender o seu significado. De um lado, analisa-se a concepção do Serviço Social sobre a família, o seu caráter social e histórico, e sua atuação, que se caracterizou pela manutenção do *status* que existe nas chamadas sociedade capitalistas. De outro lado, as investigações procuram examinar a articulação entre as relações de produção e as relações familiares para compreender como o modo de produção capitalista influencia estas relações.

Em meados de 80, o objeto família deixa de ser predominante nas investigações, sendo substituída pelo objeto Mulher, que é analisada na perspectiva de gênero e classe social.

As investigações procuram analisar a condição feminina na escolha de profissões, no mundo do trabalho, na família, principalmente as relações de violência conjugal. Tratam-se de estudos que buscam apreender o significado da violência para a mulher da classe trabalhadora, assim como as relações estabelecidas entre os membros de uma família vítima de violência doméstica e os mecanismos estabelecidos por esta para a sobrevivência frente a esta realidade. Algumas pesquisas objetivam confirmar a hipótese de que a violência que se explicita nas relações familiares a partir do relacionamento micro-estrutural são decorrentes da violência que se amplia na sociedade global.

Existem ainda pesquisas que investigam o processo de socialização das famílias empobrecidas, suas estratégias de sobrevivência, o cotidiano das famílias de rua, os vínculos afetivos e familiares dos homens de rua.

As investigações atuais buscam identificar e analisar o processo de organização das mulheres, suas lutas, suas reivindicações tanto na esfera de reprodução quanto na esfera de produção, ou seja, no mundo do trabalho.

8 - Criança e Adolescente

As diretrizes que nortearam a atuação do Serviço Social foram definidas pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor - FUNABEM, criada em 1964 e extinta em 1990, quando a assistência ao menor passa a ser normatizada pela Lei N.9069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A mudança do paradigma “menor” (sujeito de códigos) a “criança e adolescente” (sujeito de direitos), demanda a construção de uma rede de proteção. O que muda, portanto, é a política do menor, que de certa forma vai influenciar a ação do Serviço Social.

No nível da pós-graduação, as primeiras produções datam dos anos de 68. Geralmente, as investigações da primeira década se centravam na descrição da atuação do Serviço Social junto a crianças e adolescentes nos processos de ressocialização e adoção, e no desenvolvimento de programas de profissionalização.

Nos anos 80, as investigações passam a privilegiar a questão da violência dos pais em relação aos filhos, buscando elucidar as diversas variáveis que contribuem para a sua ocorrência. Este tipo de investigação objetiva caracterizar o sistema familiar por onde perpassa a problemática.

As investigações desse período se preocupam em conhecer a situação de vida e de trabalho das crianças e adolescentes, buscando a compreensão da problemática do menor carente, as causas que os conduzem a se inserirem precocemente no mercado de trabalho, os tipos de atividades laborativas que exercem, seja no mercado formal ou informal, as várias formas de exploração a que são submetidos, a compreensão que os mesmos têm da realidade e seus projetos de vida.

Algumas pesquisas se direcionam no estudo dos menores infratores institucionalizados, buscando revelar as representações sociais dos mesmos, isto é, interpretação que o menor infrator institucionalizado atribui às normas sociais as quais transgride e/ou incorpora. Outras submetem a uma reflexão crítica a prática institucional.

A partir dos anos 90, as investigações se voltam para o estudo dos meninos e meninas de rua: a concepção que se tem dos meninos(as) de rua, o cotidiano, a visão do mundo, elementos relacionados com os seus níveis de consciência, formas de resistência ou conformismo com a realidade. Buscam ainda revelar como se processa a relação entre os

meninos de rua e suas famílias, para compreender os seus atores e os significados e representações que atribuem às suas vivências. O estudo sobre a problemática da criança e do adolescente se complementa com a análise crítica das propostas de atendimento formuladas pelas instituições públicas e privadas, particularmente as Organizações Não Governamentais - ONGs.

Os estudos atuais orientam-se na análise do processo de formação da criança e do adolescente de rua, propondo alternativas que favoreçam a luta que está sendo desenvolvida, mudando a relação de poder/saber com as Instituições, com a Polícia Civil, o Juizado de Infância e Juventude e as Obras Institucionais. Há estudos que apontam a dificuldade de dar um enfoque integrado às políticas sociais para a criança e o adolescente que se efetive na prática em uma verdadeira rede de proteção conforme consta no ECA, devido às divergências entre a Política Nacional e Política Municipal. Esta tem como objetivo a integração das ações, de descentralização e de participação da sociedade civil organizada.

Finalmente, há estudos que analisam a violência sexual contra crianças e adolescentes e o atendimento destas a partir da denúncia do caso, bem como apontar algumas representações surgidas ao longo do processo e a repercussão destas na prática dos profissionais e dos pais das crianças.

9 - Processo de Trabalho

Embora a temática “processo de trabalho” comece a surgir no âmbito das Ciências Sociais em meados de 80, o Serviço Social, desde os seus primórdios, tem abordado esta temática no aspecto de intervenção. A empresa sempre se constituiu em um dos campos de intervenção do Serviço Social - Serviço Social de Empresa.

As investigações iniciais dessa temática abordam questões relacionadas à prática profissional no campo da empresa, tais como:

- estudo da inserção das questões relativas à segurança do trabalho, no processo de produção. Nesta perspectiva, o acidente de trabalho é apreendido através de análise do processo de trabalho na produção capitalista, baseado no consumo da força de trabalho.

- estudos que analisam a formalização de operacionalização das políticas de recursos humanos e de benefícios sociais em empresas mistas e empresas privadas.

Enquanto os estudos da década de 80 privilegiam a temática de acidentes de trabalho e implementação das políticas de recursos humanos e de benefícios sociais, as investigações dos anos 90 voltam-se mais para uma análise crítica.

Neste sentido, há trabalhos que procuram desvelar, na política de recursos humanos, o movimento de coerção e consenso existentes nas relações de trabalho, norteadas para a reprodução material e ideológica da força de trabalho na lógica das relações de trabalho capitalista. Mostra, ainda, os nexos existentes na articulação entre processo produtivo e a valorização da força de trabalho na produção capitalista.

Existem ainda, investigações que procuraram apreender o exercício do poder disciplinador na organização do processo de trabalho industrial. Prática de poder nas relações entre diretores, gerentes, supervisores, chefes e encarregados da indústria, que penetra o espaço privado do trabalhador e as formas de resistência criados pelos mesmos.

Os estudos dos anos 90 estão voltados para a análise das transformações no mundo do trabalho, decorrentes da Reestruturação produtiva. Os temas de pesquisa estão centradas no estudo do novo *ethos* que permeia as empresas, na qualidade total, exclusão como nova forma de pobreza, o processo de desqualificação/qualificação, as políticas empresariais de benefícios, as novas demandas que se colocam para o Serviço Social, etc.

Os trabalhos mais recentes sobre processo de trabalho centralizam-se no processo de reestruturação produtiva e suas inflexões no mundo do trabalho, que configuram o cenários de atuação do Serviço Social. Os estudos buscam analisar as transformações ocorridas no processo de trabalho, explicitadas pela flexibilização, precarização, fragmentação e terceirização/externalização do trabalho. Essas temáticas estão intrinsecamente conectadas com o Serviço Social, na medida em que permitem apreender as novas requisições, competências e condições de trabalho profissional do Serviço Social. A apreensão do processo de reestruturação produtiva na sua totalidade e particularidade, são subsidiadas pelas pesquisas que buscam desvelar, nas singularidades da realidade, as configurações que assumem na sociedade brasileira, seja na sua base material, seja no campo das idéias. A maioria dessas

pesquisas caracteriza-se como “estudos de casos” que permitiram aos pesquisadores coletar dados e informações no campo empírico. O conjunto dos estudos não podem ser generalizados, mas podem sinalizar as tendências e mudanças (Kameyama, 1998:8).

III - Avanços e desafios da investigação em Serviço Social

Podemos apontar os avanços e desafios que o Serviço Social enfrenta no processo de produção de conhecimento. Em termos de avanços, podemos citar:

1 - O Serviço Social a partir dos anos 80 não se limita a consumir os conhecimentos produzidos em outras áreas das Ciências Sociais, mas torna-se, também, produtora de conhecimentos que subsidiam as reflexões dos assistentes sociais na formação e na prática profissionais.

2 - As produções do Serviço Social, principalmente as teses de doutorado e a maioria das dissertações de mestrado, não se diferenciam das outras áreas das Ciências Sociais e Humanas em termos de rigor teórico-metodológico.

3 - A interlocução interdisciplinar com o conjunto de saberes das Ciências Sociais (notadamente com a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, a Teoria Política, a Economia), incorporando temáticas oriundas desses saberes - movimentos sociais, cidadania, processo de trabalho, identidades culturais, problemáticas de gênero e etnia - e fazendo rebater neles as suas temáticas mais específicas - as novas formas de pobreza, a exclusão social, as políticas assistenciais, processos de mobilização comunitária, etc (Fórum de Pós-Graduação, 1998).

4 - Criação de fóruns ou espaços para a divulgação das pesquisas produzidas ou em andamento: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (no V Encontro, realizado em 1996, foram apresentadas mais de 100 comunicações), Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (no último Congresso, realizado em julho de 1998, foram apresentados 422 trabalhos, dos quais foram selecionados cerca de 200 trabalhos para apresentação). Além desses espaços, a área de Serviço Social conta, atualmente, com 2 (dois) periódicos editados no circuito comercial (Debates Sociais e Serviço Social e Sociedade) e mais de 20 (vinte) periódicos acadêmicos (Cadernos e Revistas), todos indexados ou em processo de indexação.

5 - Intensificação da pesquisa. Basta dizer que entre 1996 e 1997 houve um aumento de mais de 20% do total das Dissertações de Mestrado e Teses de doutorado produzidas entre 1975 a 1995. Atualmente existem cerca de 60 grupos de pesquisa (30 grupos de pesquisa nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*), envolvendo mais de 400 pesquisadores.

Embora a área tenha desenvolvido trabalhos expressivos que abordaram os mais sérios e polêmicos problemas sociais da atualidade, as pesquisas realizadas ao nível de dissertações de mestrado apresentam algumas debilidades próprias da área, de pouca tradição de pesquisa, que estão sendo superadas na medida em que avança a investigação científica.

As debilidades mais freqüentes são as seguintes:

1 - Dificuldade de identificar e/ou delimitar o objeto de pesquisa e construí-lo com base nas sucessivas abstrações, que a partir da realidade, permitem ir gradualmente precisando, delimitando e particularizando o objeto. Em alguns casos os mestrados confundem as determinações com os objetos da pesquisa.

2 - Na medida em que o objeto não é delimitado, o pesquisador revela dificuldades para elaborar ou construir seu quadro conceitual, necessário para orientar a análise do seu objeto de estudo, escolher os instrumentos de investigação, realizar a sistematização, analisar os dados para elaboração de novos conceitos:

Esta dificuldade é característica das pesquisas vinculadas às práticas profissionais em instituições ou movimentos sociais. Estas pesquisas freqüentemente se baseiam no procedimento técnico da pesquisa-ação ou da observação participante.

Embora seja indiscutível a importância do uso da pesquisa-ação no avanço da prática profissional, na medida em que ela se limita à descrição ou sistematização da prática, corre-se o risco de apreender apenas a aparência dos fenômenos analisados.

A sistematização pode ser configurada como um passo preliminar da pesquisa, sem, no entanto, confundir-se com ela. A sistematização mostra-se, de uma parte, como urgência, para levantar os pontos de estrangulamento da prática profissional, para sugerir a necessidade de novos aportes teóricos e, de outra, para analisar a emergência de fenômenos e processos eventualmente inéditos (Netto, 1987)

3 - Dificuldade em realizar a mediação entre a universalidade, singularidade e particularidade, ou seja, dificuldade de passar de categorias abstratas para objetos reais, e também, de construir novas categorias particulares a partir de categorias genéricas.

Existe uma grande quantidade de pesquisas que elaboram um marco teórico na perspectiva marxista, utilizando categorias de contradição, totalidade, mas no momento da coleta dos dados ou das informações, caem no empirismo. Isto significa que, apesar de utilizar os conceitos e leis gerais do materialismo histórico, na investigação social não aparece a relação dialética entre o sujeito e o objeto, na construção do saber. Tratam-se de produções que se caracterizam como formalistas/empiristas. Manifesta-se ainda o problema de substituir o método de exposição pelo método de investigação nas redações das dissertações de mestrado.

4 - Muitas pesquisas teóricas ficam no nível de sistematização bibliográfica, que pode ser considerado como um momento pré-teórico. A pesquisa teórica consiste na elaboração de um marco conceitual dos conhecimentos existentes sobre determinado objeto de estudo, que pode corresponder ao conhecimento que o pesquisador já possui e que o motivou para o aprofundamento, com os conhecimentos que podem ser agregados como fruto de revisão bibliográfica e documental sobre o tema.

5 - Tendência ao pragmatismo. Algumas pesquisas buscam avaliar os modelos e/ou procedimentos técnico-operativos, objetivando subsidiar, direta ou indiretamente, a prática profissional. Embora se fale da utilidade ou função prático-social da ciência, o conhecimento verdadeiro é útil na medida em que, com base nele, o homem pode transformar a realidade. No entanto, é preciso considerar que a investigação social é instrumental para a transformação social, isto é, subsidia ou contribui para a transformação, mas não a realiza, porque não é sua função específica. É preciso estabelecer uma clara distinção entre a ação investigativa e a ação profissional. Por isso, o conhecimento é útil na medida em que é verdadeiro, e não inversamente, verdadeiro porque é útil, como afirma o pragmatismo.

6 - Pesquisas de caráter isolado e que abordam universos muito limitados e particulares, cujos resultados não podem ser generalizados, não contribuindo para o aprofundamento e complementação de conhecimentos sobre o tema.

7 - Rebatimento tardio de temas na área do Serviço Social, o que leva os pesquisadores a utilizarem a bibliografia dos autores da área de Ciências Sociais, sem a preocupação de buscar as fontes em que se basearam estes autores. Este fato traz conseqüências para a produção do Serviço Social, na medida em que não distingue as diferentes concepções presentes sobre uma determinada temática, e incorpora, indiscriminadamente, as contribuições de autores de diferentes paradigmas, caindo no ecletismo.

8 - Tendência à utilização de métodos qualitativos, considerando, falsamente, que o método quantitativo é de caráter positivista, ou porque tem pouco domínio sobre os conhecimentos de estatística.

9 - Amplitude das áreas temáticas, ocasionando dispersão e fragmentação dos conhecimentos. Privilegiar a verticalização ao invés de horizontalização, buscando o aprofundamento de uma temática, abordando-a de diferentes ângulos e dentro de uma perspectiva interdisciplinar.

Na medida em que o Serviço Social se volta para o conhecimento de realidade social, política e econômica - contexto onde se gestam as “questões sociais” - o estudo de seu objeto científico requer o conhecimento substantivo de outras áreas e habilitação em técnicas especializadas. Daí a necessidade de formação de grupos de pesquisa interdisciplinar, que possibilitem uma pluralidade e diversificação de abordagens, no sentido de aprofundar os conhecimentos sobre uma temática.

Atualmente, as agências de fomento à pesquisa exigem que as produções, tanto do corpo docente como do discente, estejam vinculadas às linhas de pesquisa do curso, e que as pesquisas sejam integradas, com a participação de alunos de doutorado, mestrado e graduação.

10 - A inexistência de uma política coerente de pesquisa no sentido de definição de prioridades e objetivos, tendo como referência as necessidades da área, acarretando falta de relevância dos temas. É preciso mencionar ainda os “modismos” que caracterizaram as flutuações dos enfoques de pesquisa na área.

IV - Bibliografia

ALMEIDA, Patrícia Cristina Pinheiro. "A nova legitimidade do assistencial: o debate da assistência no Serviço Social dos anos 80", Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1996.

AMMANN, S. B. *Avaliação & Perspectivas*, CNPq, Brasília, 1983.

BISNETO, José Augusto. "Serviço Social e Análise Institucional - Estudo das contribuições ao debate contemporâneo e ao processo de renovação no Brasil", Dissertação de mestrado, UFRJ, 1996.

CASTRO, C. M. *Ciência e Universidade*. Zahar, Rio de Janeiro, 1986.

DURIGUETO, Maria Lúcia. "A temática dos Movimentos Sociais e sua incorporação no Serviço Social", Dissertação de mestrado, UFRJ, 1996.

FIGUEIREDO, M. F. "O financiamento das Ciências Sociais", in *A estratégia de fomento da Fundação Ford e FINEP - 1966/1985*. BIB, ANPOCS, n.26, 1988.

JODELET, D. (org.) *Les representations Sociales*, PUF, Paris, 1989.

KAMEYAMA, N. "Notas introdutórias para a discussão sobre reestruturação produtiva e Serviço Social" in MOTA, A. E. (org) *A nova fábrica de consensos*, Cortez, São Paulo, 1998.

KOWARICK, L. "Investigação Urbana e Sociedade". In REIS et al. (orgs) *Pluralismo, espaço social e pesquisa*. Hucitec/Anpocs, São Paulo, 1995.

_____. "Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão", in *Espaço e debate*, n.8, Cortez, São Paulo, 1983.

LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia*. Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1983.

MENEZES, Maria Thereza Gomes. *Em busca da teoria: políticas de assistência pública*. Cortez, São Paulo, 1993.

MOSCOVICI, S. *La psychanalyse, son image et son public*, 2^a ed. Ed. PUF, Paris, 1976.

MOTA, A. E. *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. "Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social", in *A metodologia no Serviço Social*, *Cadernos ABESS*, n.3, Cortez, São Paulo, 1989.

_____, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. Cortez, São Paulo, 1992.

RODRIGUES, P. S. et al. (orgs) *A universidade e a pesquisa: o privado*, SONDA/UFRJ, 1997.

SCHOONS, Selma Maria. "Assistência Social entre a ordem e a desordem: mistificação dos direitos sociais e da cidadania", Dissertação de mestrado, PUC/SP, 1994;

WANDERLEY, Maria Angela Belfiori. *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade*, São Paulo, Cortez, 1993.